

VOTO

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES (RELATOR): Trata-se de agravo interno interposto por Hildelis Silva Duarte Júnior de decisão mediante a qual rejeitei a queixa-crime em que imputada a Carla Zambelli Salgado a prática do crime de injúria (CP, art. 140), na forma do art. 141, III, do Código Penal.

Os fundamentos apresentados nas razões recursais do agravante não se mostram aptos a modificar a orientação adotada na decisão impugnada. Vejamos.

O recorrente, Deputado Federal, ofereceu queixa-crime contra de Carla Zambelli Salgado, parlamentar federal, atribuindo-lhe a prática do crime previsto no art. 140 (injúria), c/c o art. 141, III, do Código Penal.

Consta da queixa-crime que, no dia 11 de abril de 2023, o querelante esteve presente na Comissão de Segurança Pública da Câmara a fim de participar de evento com a presença do Ministro da Justiça à época, Flávio Dino, que havia sido convidado para falar sobre a nova política de controle de armas do Governo Federal e sobre sua visita ao Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, no dia 13 de março daquele ano.

Narrou o ora agravante que a autoridade convidada, depois de fazer ponderações acerca de acontecimentos da CCJ, explicitando o objetivo de estar ali, na Comissão de Segurança Pública da Câmara, foi interrompida por diversos parlamentares.

Nesse contexto, a ora agravada teria formulado uma pergunta ao então Ministro de Estado, momento em que o querelante a teria advertido da necessidade de haver ordem na sessão. Ato contínuo, segundo relata o autor da queixa-crime, a parlamentar, dirigindo-se a ele, mandou-o “tomar no cu”.

Observa que, em virtude do ocorrido, solicitou as notas taquigráficas da sessão, “ocasião em que verificou que restou consignada a sua própria intervenção, ao obtemperar que deveria haver ordem na sessão, sendo, contudo, que especificamente quanto à agressão injuriosa que sofreu, restou consignado, na fala da Querelada, que era *‘Texto escoimado de*

expressão, conforme arts. 17, inciso V, alínea b, 73 inciso XII, e 98 § 6º, do Regimento Interno” (eDoc 1, fl. 7).

Assinala que o próprio Parlamento teria reconhecido a ofensa proferida, tendo em conta a invocação do aludido dispositivo regimental a vedar a publicação de ata que contenha expressões atentatórias contra o decoro parlamentar.

Conclui dizendo que a agravada agiu dolosamente, pois “a situação denota que a Querelada teve a intenção deliberada de atingir a honra subjetiva da vítima (*animus injuriandi vel diffamandi*). Ou seja, não estava a proferir o impropério com o intuito de brincadeira ou para disciplinar alguém. O desiderato foi **ofender**” (eDoc 1, fl. 10).

Pois bem. Como fiz ver na decisão recorrida, a cláusula da inviolabilidade parlamentar se qualifica como causa de exclusão constitucional da tipicidade penal da conduta do congressista em tema de crimes contra a honra, descaracterizando a própria conduta delituosa.

Nesse sentido, em decisão monocrática proferida na Pet 8.969, o ministro Celso de Mello ressaltou, com propriedade, que:

a cláusula inscrita no art. 53, “caput”, da Constituição da República, na redação dada pela EC nº 35/2001, exclui, na hipótese nela referida, a própria natureza delituosa do fato que, de outro modo, tratando-se do cidadão comum, qualificar-se-ia como crime contra a honra, consoante acentua o magistério da doutrina (JOSÉ AFONSO DA SILVA, “Curso de Direito Constitucional Positivo”, p. 532, item n. 15, 20ª ed., 2002, Malheiros; CELSO RIBEIRO BASTOS, “Comentários à Constituição do Brasil”, vol. 4, tomo I/187, 1995, Saraiva; LUIZ FLÁVIO GOMES, “Imunidades Parlamentares: Nova Disciplina Jurídica da Inviolabilidade Penal, das Imunidades e das Prerrogativas Parlamentares (EC 35/01)”, “in” “Juizados Criminais Federais, Seus Reflexos nos Juizados Estaduais e Outros Estudos”, p. 94/97, item n. 4.9, 2002, RT; UADI LAMMÊGO BULOS, “Constituição Federal Anotada”, p. 705/707, 4ª ed., 2002, Saraiva, v.g.)

Destaco, ainda, nessa mesma perspectiva, o magistério de Michel

Temer (*Elementos de direito constitucional*. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2007. p. 131):

A inviolabilidade diz respeito à emissão de opiniões, palavras e votos. Opiniões e palavras que, ditas por qualquer pessoa, podem caracterizar atitude delituosa, mas que assim não se configuram quando pronunciadas por parlamentar. **Sempre, porém, quando tal pronunciamento se der no exercício do mandato.** Quer dizer: o parlamentar, diante do Direito, pode agir como cidadão comum ou como titular de mandato. Agindo na primeira qualidade não é coberto pela inviolabilidade. **A inviolabilidade está ligada à ideia de exercício de mandato.** Opiniões, palavras e votos proferidos **sem nenhuma relação com o desempenho do mandato representativo não são alcançados pela inviolabilidade.**

(Grifei)

O exercício da atividade parlamentar não se exaure no recinto das Casas Legislativas, portanto o cometimento de atos em função do mandato (*ratione officii*), mesmo que fora do prédio do Congresso Nacional, está igualmente protegido pela garantia fundada na norma constitucional.

Essa **imunidade é absoluta quanto às manifestações proferidas no interior da respectiva Casa Legislativa, não se perquirindo, nesse caso, a chamada conexão com o exercício do mandato ou com a condição de parlamentar** (Inq 1.958, Tribunal Pleno, Redator do acórdão o ministro Ayres Britto, julgamento em 29 de outubro de 2003; e RE 576.074 AgR, Primeira Turma, Relator o ministro Luiz Fux, julgamento em 26 de abril de 2011).

Nesse sentido já decidiu esta Corte:

INQUÉRITO. DENÚNCIA QUE FAZ IMPUTAÇÃO A PARLAMENTAR DE PRÁTICA DE CRIMES CONTRA A HONRA, COMETIDOS DURANTE DISCURSO PROFERIDO NO PLENÁRIO DE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E EM ENTREVISTAS CONCEDIDAS À IMPRENSA. INVIOABILIDADE: CONCEITO E EXTENSÃO DENTRO E FORA DO PARLAMENTO. A palavra "inviolabilidade"

significa intocabilidade, intangibilidade do parlamentar quanto ao cometimento de crime ou contravenção. Tal inviolabilidade é de natureza material e decorre da função parlamentar, porque em jogo a representatividade do povo. O art. 53 da Constituição Federal, com a redação da Emenda nº 35, não reeditou a ressalva quanto aos crimes contra a honra, prevista no art. 32 da Emenda Constitucional nº 1, de 1969. **Assim, é de se distinguir as situações em que as supostas ofensas são proferidas dentro e fora do Parlamento. Somente nessas últimas ofensas irrogadas fora do Parlamento é de se perquirir da chamada "conexão como exercício do mandato ou com a condição parlamentar" (INQ 390 e 1.710). Para os pronunciamentos feitos no interior das Casas Legislativas não cabe indagar sobre o conteúdo das ofensas ou a conexão com o mandato, dado que acobertadas com o manto da inviolabilidade. Em tal seara, caberá à própria Casa a que pertencer o parlamentar coibir eventuais excessos no desempenho dessa prerrogativa. No caso, o discurso se deu no plenário da Assembléia Legislativa, estando, portanto, abarcado pela inviolabilidade. Por outro lado, as entrevistas concedidas à imprensa pelo acusado restringiram-se a resumir e comentar a citada manifestação da tribuna, consistindo, por isso, em mera extensão da imunidade material. Denúncia rejeitada.**

(Inq 1.958, ministro Carlos Velloso, Redator do acórdão o ministro Ayres Britto, julgamento em 29 de outubro de 2003 – grifos meus)

[...]

O Supremo Tribunal Federal tem acentuado que a **prerrogativa constitucional da imunidade parlamentar em sentido material protege o congressista em todas as suas manifestações que guardem relação com o exercício do mandato, ainda que produzidas fora do recinto da própria Casa Legislativa (RTJ 131/1039 – RTJ 135/509 – RT 648/318, v.g.)** ou, com maior razão, quando exteriorizadas no âmbito do Congresso Nacional (RTJ 133/90, v.g.).

(Inq 681, Relator o ministro Celso de Mello, julgamento em 9 de março de 1994, RTJ n. 155/396 – grifei)

Nota-se que essa diretriz jurisprudencial se mostra fiel à Constituição, na qual reconhecida a existência do instituto da imunidade parlamentar em sentido material, com o fim de viabilizar o exercício

independente do mandato representativo, revelando-se garantia inerente ao parlamentar que se encontre no pleno desempenho da atividade legislativa, tal como ocorre no presente caso.

Além disso, o excesso de linguagem pode configurar, em tese, **quebra de decoro, a ensejar o controle político, a cargo da própria Casa Legislativa** (Pet 5.647, Primeira Turma, ministro Luís Roberto Barroso, julgamento em 22 de setembro de 2015).

Da análise destes autos, reconheço que a conduta da acusada – no exercício da função de Deputada Federal – está protegida pela imunidade parlamentar material, excluindo-se, na espécie, a responsabilidade penal.

Apesar do excesso verbal decorrente do emprego, pela agravada, de expressão de baixo calão quando se dirigiu ao colega durante audiência na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, o impropério não chegou a caracterizar a prática do crime de injúria.

De fato, não se identifica, no calor de um típico bate-boca ocorrido entre as partes no ambiente da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, qualquer elemento a indicar que a ora agravada, conquanto tenha se portado de modo grosseiro e incivilizado, houvesse agido com *animus injuriandi*, isto é, com a intenção preordenada de ofender a honra do agravante.

Segundo Nelson Hungria, nos delitos contra a honra, “é indispensável *a vontade de injuriar ou difamar*, a vontade referida ao *eventus sceleris*, que é, no caso, a ofensa à honra” (*Comentários ao Código Penal*, 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1982. v. VI, item 125, p. 53).

É pertinente salientar, ainda, na espécie, o magistério de Luiz Regis Prado (*Curso de direito penal brasileiro: parte geral e parte especial*. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. p. 517), quando observa que

não se confundem com a injúria as manifestações de grosseria ou incivilidade, que apenas demonstram falta de educação ou de trato social. [...] Saliente-se, ainda, que a tipificação da injúria protege o sentimento pessoal de dignidade ou decoro, mas não alcança as exageradas suscetibilidades

individuais, a excessiva sensibilidade da vítima.
(Grifos meus)

Embora a grosseria no trato com o parlamentar contrarie o decoro e a urbanidade exigíveis na interação entre os membros do Congresso Nacional, a conduta da agravada, no contexto do embate político verificado na audiência, além de se encontrar relacionada ao exercício da atividade parlamentar, não caracteriza a prática de crime contra a honra, uma vez que o tratamento incivilizado não demonstrou, por si só, o dolo voltado à realização de ofensa moral contra a vítima.

Sendo o direito penal a *ultima ratio*, a conduta em questão, além de coberta pelo manto da imunidade material, poderá ser apreciada pela própria Casa Legislativa, a quem compete avaliar se a postura da parlamentar caracterizou abuso no exercício das prerrogativas dos membros do Congresso Nacional, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição Federal.

Em suma, nada obstante tenha a agravada se dirigido ao agravante com o uso de palavras de baixo calão, tal circunstância não afasta o vínculo entre a manifestação e o exercício do mandato, tendo em vista que o tratamento inadequado se deu no contexto de embate entre as partes durante audiência realizada na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo interno.

É como voto.